

Agricultura familiar e turismo rural no estado do Rio de Janeiro

A análise das atuais transformações no campo torna-se fundamental, pois, além de o campo desempenhar as funções tradicionais de fornecer mão de obra para a cidade, matérias-primas e consumir produtos oriundos da cidade, abriga, cada vez mais, atividades não-agrícolas, como os serviços associados às atividades de turismo que valorizam as áreas com aspectos naturais. Esse processo ocorre intensamente no estado do Rio de Janeiro, pois apresenta uma configuração territorial marcada pelo intenso processo de urbanização. Entre as mudanças encontradas, observamos as novas funções e atividades desempenhadas pelos produtores rurais associados a agricultura familiar que, além da produção agropecuária, exercem outras atividades não-agrícolas. Destarte, o objetivo central desse trabalho é o de identificar as mudanças em curso no espaço rural fluminense associadas as práticas dos agricultores familiares.

Agricoltura familiare e turismo rurale nello Stato di Rio de Janeiro

L'analisi delle attuali trasformazioni nel paesaggio rurale diventa essenziale perché, oltre al fatto che la campagna svolge le tradizionali funzioni di fornire manodopera alla città, materie prime e consumare prodotti provenienti dalla città, ospita sempre più attività non strettamente legate al settore primario, come, ad esempio, i servizi associati alle attività turistiche che valorizzano le aree naturali. Questo processo si verifica in modo significativo nello stato di Rio de Janeiro, dove si registra una configurazione territoriale caratterizzata dall'intenso processo di urbanizzazione. Tra i cambiamenti riscontrati, osserviamo le nuove funzioni e attività svolte dai produttori agricoli all'interno delle aziende familiari che, oltre alla produzione agricola, svolgono altre attività non strettamente agricole. Pertanto, l'obiettivo principale di questo lavoro è identificare i cambiamenti in atto nella zona rurale legata alle pratiche dell'agricoltura a carattere familiare.

Family Farming and Rural Tourism in the State of Rio de Janeiro

The analysis of the current changes in the rural landscape becomes essential because in addition to the fact that the countryside conducts the traditional functions of providing labourers to the city and raw materials and consuming products from the city, it hosts more and more activities that are not closely related to the primary sector, such as, for example, services associated with tourist activities that enhance natural areas. This process takes place significantly in the state of Rio de Janeiro, where there is a territorial set up characterized by an intense process of urbanization. Among the changes found, we can observe the new functions and activities carried out by the agricultural producers within the family businesses which, in addition to the agricultural production, carry out other activities that are not strictly agricultural. Therefore, the main objective of this work is to identify the changes taking place in the rural area linked to the practices of family farmers.

Palavras-chave: espaço rural, agricultura familiar, pluriatividade, urbanização, turismo.

Parole chiave: spazio rurale, agricultura familiare, multifunzionalità, urbanizzazione, turismo.

Keywords: rural area, family farming, multifunctional, urbanisation, tourism.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia Humana – glauciomarafon@hotmail.com

1. Introdução

Na atualidade, ao analisarmos as mudanças do mundo rural e de suas transformações em curso, é necessário remeter ao processo de urbanização (das ocupações não-agrícolas, da expansão do consumo, da acessibilidade etc.). Essas mudanças estão, em grande medida, associadas aos espaços de lazer, da produção industrial e de «processos de produção de valores simbólicos» (Reis, 2001, p. 7). Entre as principais transformações encontramos a maior urbanização, o cosmopolitismo dos

comportamentos e a intensa relação com os mercados de trabalho.

Esses processos ocorrem no estado do Rio de Janeiro em função do seu alto grau de urbanização, dificuldades de mecanização de seus solos e expansão imobiliária em decorrência, sobretudo, das atividades turísticas. Assim, temos muito mais mudanças que permanências no campo fluminense. As permanências seguem o padrão brasileiro de concentração fundiária, precariedade nas relações de trabalho, conflitos pelo acesso à terra e mudanças associadas à valorização do espaço

rural por meio da presença crescente de pessoas oriundas da cidade em busca de áreas de lazer ou de segunda residência, com a valorização das terras e o surgimento de atividades não-agrícolas (em geral, de baixa qualificação) e que passam a ser ocupadas pelos integrantes das famílias de produtores rurais.

Entre as diversas possibilidades que se manifestam no espaço rural e que possibilitam a complementação de renda nas unidades familiares de produção, encontramos as atividades associadas à prática do turismo em espaço rural, que vem se expandindo cada vez mais no território brasileiro e fluminense.

O desenvolvimento de atividades turísticas no espaço rural está associado ao processo de urbanização que ocorre na sociedade e no transbordamento do espaço urbano para o espaço rural (Graziano Da Silva, 1997) e, para esse autor, «novas» formas de ocupação passaram a proliferar no campo. Entre elas são destacadas: profissões tidas como urbanas (trabalhadores domésticos, mecânicos, secretárias etc.), moradias de segunda residência, atividades de conservação e áreas de lazer (hotéis-fazenda, fazenda hotéis, pesque-pague etc.). Essas «novas» atividades demandaram um número crescente de pessoas para dar sustentação à expansão das atividades turísticas no espaço rural, o que possibilitou que os membros das famílias, liberados das atividades rotineiras da exploração agrícola, pudessem ocupar as vagas geradas na expansão do turismo rural.

As atividades associadas ao turismo rural têm contribuído para a complementação da renda familiar das unidades de produção, familiar ou não, pois o seu incremento gera a demanda por novos postos de trabalho, além de contribuir para melhoria da logística que proporciona suporte ao fluxo de turistas. A Embratur (1994) considera que o turismo rural inclui todas as atividades – alternativos, doméstico, agroturismo, turismo – organizado para e pelos habitantes do país e «compreendido como sendo toda maneira turística de visitar e conhecer o ambiente rural, enquanto se resgata e valoriza a cultura regional» (Mendonça, Batalha e Santos, 2002). O turismo rural designa atividades diversas, tais como hotéis-fazenda, fazenda hotéis, agroturismo, turismo de aventura, e que Rodrigues (2001) classifica como tradicional (de origem agrícola, pecuária e colonização) e contemporâneo (hotéis fazendas, *spas* rurais, segunda residência).

Destarte, no nosso entendimento, o turismo rural se afirma como mais uma alternativa existente para os agricultores familiares venderem

sua força de trabalho e complementarem sua renda, reforçando o caráter pluriativo das unidades familiares de produção, e inseridos no processo de produção do espaço, no qual, de acordo com Lefebvre (1999), estaríamos sob o signo de uma sociedade urbana cuja urbanização estruturaria o território, e que Santos (2003) aponta como passagem da urbanização da sociedade para a urbanização do território. A prática do turismo rural contemporâneo reflete essa prática, uma vez que os hotéis fazenda, *spas* rurais e casas de segunda residência se localizam, preferencialmente, próximos às grandes concentrações urbanas.

2. Agricultura familiar e turismo rural no território fluminense

O estado do Rio de Janeiro é o segundo polo industrial do Brasil, produzindo mais de setenta por cento do petróleo nacional, sendo também o maior produtor de gás natural do país. Além disso, sua produção de pescado é significativa, assim como a olericultura, horticultura e produção de leite. A sua paisagem natural é bastante diversificada, mas também bastante degradada devido às atividades socioeconômicas vivenciadas em seu território. Corresponde ao estado mais urbanizado do país e, de acordo com Rua (2002), o território fluminense é marcado por eixos de urbanização, nos quais ocorre uma urbanização mais densa. Santos (2003) menciona que no espaço fluminense há uma redistribuição populacional em consonância com as atividades produtivas.

O estado apresenta muitos problemas em relação ao meio rural. A vasta concentração de população, de renda, de poupança, de condições de desenvolvimento na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) gerou um forte desequilíbrio inter-regional, com exclusão política e social de parte da população do interior (Moreira, 2001). Segundo os resultados do Censo Demográfico 2010 (IBGE), aproximadamente 75% da população, de 15.989.929, residem nos limites da área metropolitana. Constituída por vinte e um municípios, a Região Metropolitana ainda se mantém como um marco polarizador de recursos (Ribeiro, 2002), de população e de bens e serviços. Essa concentração de população e intensa urbanização se revela na diminuição de estabelecimentos agrícolas, de 2006 para 2017, em áreas próximas a Região Metropolitana, como Baixadas Litorâneas e Costa Verde, nas quais as atividades de turismo são mais intensas (tab. 1).

Apesar da ainda enorme concentração da po-



Tab. 1. Total de estabelecimentos agropecuários por condição do produtor, segundo regiões de governo – Estado do Rio de Janeiro 2006–2017

| Regiões de Governo | Proprietário | | Arrendatário | | Parceiro | | Ocupante | |
|-----------------------|--------------|--------|--------------|-------|----------|-------|----------|-------|
| | 2006 | 2017 | 2006 | 2017 | 2006 | 2017 | 2006 | 2017 |
| Baixadas Litorâneas | 3.740 | 2.468 | 60 | 131 | 111 | 10 | 92 | 106 |
| Centro-Sul Fluminense | 2.016 | 2.358 | 166 | 333 | 29 | 121 | 65 | 41 |
| Costa Verde | 1.245 | 1.090 | 9 | 15 | 44 | 6 | 103 | 35 |
| Médio Vale do Paraíba | 3.512 | 3.593 | 554 | 849 | 43 | 63 | 238 | 127 |
| Metropolitana | 3.295 | 7.732 | 73 | 463 | 39 | 234 | 487 | 454 |
| Noroeste Fluminense | 8.571 | 8.726 | 385 | 1.016 | 1.037 | 789 | 156 | 31 |
| Norte Fluminense | 12.708 | 13.127 | 445 | 1.023 | 204 | 586 | 752 | 411 |
| Serrana Fluminense | 9.077 | 9.645 | 1.001 | 1.638 | 1.378 | 2.740 | 589 | 87 |
| Total | 44.164 | 48.739 | 2.693 | 5.468 | 2.885 | 4.549 | 2.482 | 1.292 |

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006-2017; Org. NEGEF, 2010-2019

pulação fluminense em sua região metropolitana, surgem, nos anos 1990, algumas alterações em relação à dinâmica demográfica do estado do Rio de Janeiro: a mais importante refere-se à simultaneidade de um movimento tendente à despolarização espacial, com a emergência de novos centros de porte médio no interior do estado, e – em sentido inverso – de consolidação dos centros urbanos metropolitanos (Santos, 2003).

Esse crescimento está atrelado sobretudo às atividades de turismo e lazer na região das Baixadas Litorâneas e da exploração do petróleo na região Norte Fluminense, o que tem provocado mudanças no espaço rural, como o decréscimo da produção agrícola na região das Baixadas devido ao aumento do preço da terra, que passa a ser destinada a atividades do turismo, como a construção de hotéis e condomínios. As mudanças na região Norte Fluminense estão associadas à proliferação de sítios e de condomínios para residência. Essas atividades acabam impactando a produção agrícola e proporcionando o surgimento de atividades não-agrícolas.

Rua (2002, pp. 47-48) assinala que no estado do Rio de Janeiro «prevalece a projeção da metrópole carioca que intensifica o processo de urbanização» e esse processo marca intensamente o território fluminense nas «dimensões política, cultural, comportamental, econômica, onde o significado dessa área urbana torna-se esmagador». Na verdade, assiste-se a um espraiamento da metrópole, e no dizer de Lencioni:

nessa metamorfose os padrões de comportamento, signos e hábitos metropolitanos veiculados pelas redes de comunicações chegam a todos os lugares.

A antiga distinção entre campo e cidade, tão clara no passado, torna-se mais embaciada e, onde faz-se ainda nítida, ganha opacidade quando se examina o comportamento social pautado por um modo de ser que emana da metrópole e invade o campo [2015, p. 8].

Esse processo é intenso no interior fluminense, que vem se destacando, não somente em termos de crescimento demográfico (ainda pequeno), mas no abastecimento de produtos agropecuários (hortigranjeiros, leite e produtos com nicho de mercado especializado, tais como, orgânicos, ervas finas, leite de cabra, trutas etc.), além de estar servindo como área de lazer para a prática de turismo rural, de ordem contemporânea, com a proliferação de hotéis-fazenda, pousadas, *spas* e casas de segunda residência. A prática desse turismo rural é uma alternativa ao turismo intenso que ocorre na Costa Verde e do Sol, voltado para o segmento do turismo de praia (Ribeiro, 2003).

De acordo com Ribeiro (2002, p. 21), apesar de o estado do Rio de Janeiro apresentar baixos totais em relação aos totais nacionais, no que tange às variáveis – pessoal ocupado, valor da produção, quantidade colhida e modernização – o seu quadro agrário apresenta relevância e contrastes no âmbito estadual. Esses contrastes são decorrentes de uma agropecuária tradicional, que domina a maior porção do território fluminense, diante de outra de caráter moderno. De um lado, produtos tradicionais, exemplificados pela cana-de-açúcar, além de cultivos de subsistência; do outro, culturas que requerem técnicas aprimoradas, como o tomate, a horticultura, a fruticultura e a olericultura, marcando o Cinturão Verde da metrópole,

ocupando municípios integrantes das regiões Serrana, Centro-Sul e Noroeste Fluminense.

A grande maioria dos estabelecimentos agrícolas do estado do Rio de Janeiro possui área até 100 hectares (cerca de 80%), o que imprime uma significativa importância à produção familiar e às estratégias que esses agricultores encontram para fazer frente à queda na renda agrícola e intenso processo de urbanização.

Os agricultores familiares, como grande maioria, passam por uma crise devido à concentração de renda e falta de políticas agrícolas efetivas. As grandes propriedades sempre ocuparam uma parcela considerável do estado do Rio de Janeiro, tendo desempenhado papel relevante nas exportações agrícolas do país. Entretanto, após encerrar as atividades econômicas de exportação do açúcar e do café (respectivamente, 1900-1930 e 1970-1980), em seu território, a maioria das grandes propriedades voltadas para a comercialização desses produtos passou a se caracterizar pela falta de dinamismo das atividades agrárias nelas desenvolvidas, devido à descapitalização decorrente da decadência das grandes lavouras comerciais. Isso contribuiu para que extensas áreas do estado apresentem um nível de aproveitamento agrícola muito inferior ao potencial produtivo das terras, podendo-se mencionar o Vale do Paraíba, onde predomina a pecuária bovina, caracterizada por índices muito baixos de produtividade.

Por outro lado, verifica-se que os pequenos proprietários têm poucas possibilidades de realizar investimentos em suas terras, uma vez que operam com retornos muito reduzidos para permitir a capitalização de suas unidades de produção. Esse é o caso daqueles fornecedores de leite às cooperativas do Noroeste Fluminense, do Médio Vale do Paraíba e Centro Sul Fluminense, os quais, embora detenham a propriedade da terra, têm uma forma de inserção na produção regional que implica reduzida autonomia na condução do processo produtivo e limitações quanto à possibilidade de investir em suas unidades de exploração. Em outros casos, como na região Serrana, onde há o predomínio da produção de hortigranjeiros em pequenas propriedades, a pluriatividade surge como uma alternativa de fonte de renda para os agricultores. Muitos, além de realizarem suas funções na propriedade agrícola, exercem atividades não-agrícolas (como caseiros, motoristas, empregados domésticos, fiscais de rodovia etc.) nas casas de veraneio, nos hotéis e para as Prefeituras da região.

Constata-se que, em território fluminense, as transformações no rural, como a prática do turis-

mo e a oferta de empregos não-agrícolas, encontram-se associadas ao processo de urbanização, cuja influência metropolitana é intensa. Conforme já assinalado em outros trabalhos, pode-se considerar que a projeção da metrópole, em direção ao interior, ocorre através de eixos. Por exemplo, o eixo que se desloca da RMRJ em direção a Angra dos Reis e Paraty, a região da Baía da Ilha Grande, também conhecida como Costa Verde, na qual se destacam as atividades de turismo e que tem provocado intensas transformações, com apelo intenso para o turismo de praia, histórico e ecológico. Essa região concentra, em seu território, grandes reservas de Mata Atlântica, inúmeras ilhas (entre elas, a Ilha Grande) e cidades históricas como Paraty e Angra dos Reis. Grande parte do território integra áreas de proteção ambiental, o que inibe a prática de atividades agrícolas. A intensa ocupação por grandes hotéis de luxo, resorts e condomínios fechados tem provocado uma intensa especulação imobiliária e expulsado os produtores familiares de suas terras. A eles, resta se inserir no mercado de trabalho urbano ou na prática de uma agricultura extrativista, com a exploração da banana e do palmito, assessorados por técnicos governamentais da EMATER e IBA-MA, e exercerem atividades não-agrícolas, trabalhando nos hotéis/resorts e condomínios.

O outro eixo que tem no turismo um forte vetor de crescimento é o que segue da RMRJ em direção a Cabo Frio, Armação dos Búzios e Macaé, percorrendo a região das Baixadas Litorâneas e conhecida turisticamente como Costa do Sol. Observa-se, nesse segmento, um intenso crescimento de turismo de massa em direção ao litoral norte do estado do Rio de Janeiro (Ribeiro, 2003), provocando uma intensa urbanização e a proliferação de segundas residências, o que conduziu o fracionamento da terra e a expulsão das atividades agropecuárias para a criação de loteamentos e condomínios. A presença da Petrobrás em Macaé representa, na constatação de Rua (2002, p. 48), «uma avassaladora especulação imobiliária com profundas marcas de segregação socioespacial».

Outro eixo de urbanização é o que ocorre no «topo da serra» (Rua, 2002) e os principais representantes desse eixo são os municípios de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis. Essa área é marcada pela produção de hortigranjeiros e flores, e que abastece a RMRJ. Apresenta, também, um tradicional e significativo polo industrial (com destaque para a moda íntima), além da presença de inúmeros sítios de veraneio, casas de segunda residência, hotéis-fazenda, pousadas, *spas*, que associam seus estabelecimentos aos aspectos natu-



rais da região; corresponde a uma área de turismo alternativa ao turismo de praia da Costa Verde e do Sol. Em tal área, ocorre uma intensa produção agrícola em bases familiar, centrada em pequenos estabelecimentos, na mão de obra familiar e na baixa tecnificação da lavoura. Eles produzem alface, brócolis, couve-flor, tomate, entre outros produtos, e acabam tendo uma baixa remuneração pelas suas atividades agrícolas. Na busca de complementação da renda familiar, inserem-se no mercado de trabalho não-agrícola, exercendo atividades de jardineiros, caseiros, domésticos ou trabalhando em empresas sediadas nos municípios da região. Essa área também produz produtos como orgânicos e hidropônicos para um mercado consumidor restrito, principalmente à zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Na região Serra Fluminense, nota-se a presença marcante de atividades relacionadas ao turismo rural contemporâneo e em sintonia com a produção familiar.

O território que engloba as regiões do Médio Vale do Paraíba e Centro Sul Fluminense, além da produção leiteira, contribui com a produção de hortigranjeiros para o abastecimento da RMRJ, mas apresenta como marca na paisagem a atividade cafeeira, com presença das grandes casas nas sedes das fazendas, o que levou os municípios da região a organizarem o «Festival do Vale do Café», porém, não apresenta interatividade com os produtores familiares, que continuam a buscar sua complementação de renda nas indústrias da região, que concentra um grande número de empresas do setor metalmeccânico, tendo, por exemplo, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), localizada no município de Volta Redonda.

As regiões Norte e Noroeste Fluminense, em função do distanciamento da Região Metropolitana, apresentam, com a produção de leite, cana-de-açúcar, café e frutas, fortes características rurais. Esse quadro tem sido alterado com a presença da Petrobrás e seus *royalties*, o que tem proporcionado empregos inclusive para os agricultores dessas regiões. O estabelecimento de um roteiro turístico associado à atividade canvieira é incipiente e encontra resistência por parte dos proprietários das fazendas.

Um das saídas para os produtores familiares poderia ser a atribuição de indicação geográfica por meio das indicações de procedência e denominação de origem, pois as indicações geográficas «contribuem para a preservação da biodiversidade, do conhecimento e dos recursos naturais. Trazem contribuições extremamente positivas para as economias locais e para o dinamismo regional, pois proporcionam o real significado de

criação de valor local» (Giesbrecht e altri, 2014, p. 19).

No estado do Rio de Janeiro, esse é um processo inicial, com a indicação geográfica para as aguardentes de Paraty, cuja produção «obedece a uma normativa técnica rígida, com produção artesanal, familiar, limites máximos de produção estabelecidos e uma tradição secular» (Giesbrecht e altri, 2014, p. 15). Assim, como essa tradição de produção de cana-de-açúcar e cachaça, muitos outros produtos de origem familiar poderiam obter a indicação geográfica.

Outra possibilidade de valorização desses produtores seria o incremento de sua inserção no Programa nacional de alimentação escolar (lei 11947 de 16 de junho de 2009), o que possibilitaria a venda de seus produtos às escolas. Esse ainda é um desafio para os produtores fluminenses para que possam inserir seus produtos em mercados locais.

Verificam-se, assim, algumas mudanças em curso no rural fluminense e que são fortemente marcadas pelo intenso processo de urbanização presente no estado do Rio de Janeiro. Para além das atividades associadas ao turismo, despontam outras possibilidades, como a indicação geográfica e a venda em mercados locais com Programa nacional de alimentação escolar.

3. Considerações finais

O território fluminense encontra-se marcado por um intenso processo de urbanização o que tem provocado profundas transformações socioespaciais. Entre elas, destacamos as atividades associadas ao turismo rural contemporâneo, com a proliferação de hotéis-fazenda, *spas*, pousadas, casas de segunda residência e a manutenção – e até mesmo o aumento – da produção familiar. O estado do Rio de Janeiro apresenta participação expressiva na comercialização agrícola a partir da CEASA-RJ, especialmente as hortaliças, cuja produção tem aumentado nos últimos anos, como verificado na região Serra Fluminense. A proliferação dessas atividades possibilitou aos produtores familiares a inserção em atividades não-agrícolas e, conseqüentemente, o aumento da renda familiar. No entanto, esse processo ocorre nas áreas dos eixos de urbanização e próximo à RMRJ. Nas áreas mais distantes, os produtores familiares continuam na dependência da renda agrícola e enfrentando inúmeros problemas para a realização de suas atividades.

Neste contexto, o espaço rural fluminense se

transforma em decorrência da valorização de seus aspectos naturais, e a manutenção da produção agrícola familiar se torna importante para a disseminação da imagem do espaço rural e natural vendido ao turista.

Referências bibliográficas

- Embratur (1994), *Turismo rural: manual operacional*, Brasília.
- Giesbrecht Hulda Oliveira e altri (2014), *Indicações geográficas brasileiras*, Brasília, SEBRAE, INPI.
- Graziano Da Silva José (1997), *O novo rural brasileiro*, in «Nova Economia», 7, pp. 43-81.
- Lefebvre Henri (1999), *A revolução Urbana*, Belo Horizonte, UFMG.
- Lencioni Sandra (2015), *Urbanização difusa e a constituição de megarregiões: o caso de São Paulo-Rio de Janeiro*, in «E-metropolis», 22, pp. 6-15.
- Mendonça Maria Cristina Angelico, Mario Otavio Batalha e Antonio Carlos dos Santos (2002), *Turismo no espaço rural: debate e tendência*. in «Organizações Rurais e Agroindustriais/Rural and Agro-Industrial Organizations», 2, pp. 1-10.
- Moreira Ruy (2001), *Uma análise crítica do modelo de desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro*, in Ruy Moreira e altri, *Anais do Seminário*, Niterói, EDUFF, pp. 127-132.
- Reis José (2001), *Observar a mudança: o papel dos estudos rurais*. Conferência pronunciada no 1º Congresso de Estudos Rurais, Vila Real-Portugal.
- Ribeiro Miguel Angelo (2002), *Considerações sobre o espaço fluminense: estrutura e transformações*, in Gláucio José Marafon e Marta Foepfel Ribeiro (a cura di), *Estudos de Geografia Fluminense*, Rio de Janeiro, UERJ, pp. 13-26.
- Ribeiro Miguel Angelo (2003), *Tipologia das atividades turísticas: o exemplo do estado do Rio de Janeiro*, in «Geo UERJ - Revista do Departamento de Geografia», 13, pp. 27-38.
- Riedl Mario, Joaquim Anécio Almeida e Andyara Lima Barbosa Viana (a cura di) (2002), *Turismo Rural: tendências e sustentabilidade*, Santa Cruz do Sul, UNISC.
- Rodrigues Adyr (a cura di) (2001), *Turismo Rural*, São Paulo, Contexto.
- Rua João (2002), *Urbanização em áreas rurais no estado do Rio de Janeiro*, in Gláucio José Marafon e Marta Foepfel Ribeiro (a cura di), *Estudos de Geografia Fluminense*, Rio de Janeiro, UERJ, pp. 43-70.
- Santos Angela Moulin (2003), *Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, FGV.
- Seabra Rogério (2004), *Comercialização agrícola no estado do Rio de Janeiro. O papel do Sistema CEASA-RJ*, UERJ, Departamento de Geografia, monografia de Graduação.

